



GLOBALIZAÇÃO PERVERSA: caso da Guiné-Bissau

Perverse globalization: case of Guinea-Bissau

Globalización perversa: caso de Guinea-Bissau

José Sanhá¹

Resumo

No presente artigo pretende-se contemplar a fenomenologia da globalização, concebida como o processo intrínseco à interconexão dos Estados-nação nos domínios político, econômico e sociocultural e suas implicações na tessitura da vida social. Nesse contexto, propõe-se uma análise acerca da instrumentalização da globalização enquanto mecanismo de perpetuação da “colonialidade” (Quijano, 2005) no contexto do Estado-nação bissau-guineense. Empregar-se-á uma abordagem metodológica de cunho bibliográfico, embasada em uma perspectiva qualitativa, como estratégia hábil para a coleta de dados provenientes de diversas fontes documentais, tais como obras literárias, ensaios acadêmicos, dissertações, teses, periódicos e jornais. Conclui-se que o Estado-nação guineense não pode progredir de forma isolada do panorama global e do contexto financeiro contemporâneo; carece, ao invés disso, de uma nova abordagem dinâmica que lhe permita posicionar-se estrategicamente e capitalizar as interações propiciadas pela globalização, visando fortalecer-se internamente e libertar-se de potenciais tentativas de recolonização.

Palavras-chave: Globalização; Guiné-Bissau; Colonização; Colonialidade.

Abstract

This article aims to contemplate the phenomenology of globalization, conceived as the intrinsic process of interconnection of nation-states in the political, economic, and sociocultural domains, and its implications on the

¹ Licenciando-se em Pedagogia e concluiu o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pelo Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, Brasil). E-mail: josesanha54@gmail.com

Artigo submetido em: 02 de maio de 2024
Artigo aceito em: 16 de setembro de 2024
Artigo publicado em: 28 de outubro de 2024



fabric of social life. In this context, an analysis is proposed regarding the instrumentalization of globalization as a mechanism for perpetuating "coloniality" (Quijano, 2005) within the context of the Guinean nation-state. A bibliographical methodological approach will be employed, based on a qualitative perspective, as a skillful strategy for collecting data from various documentary sources, such as literary works, academic essays, dissertations, theses, periodicals, and newspapers. It is concluded that the Guinean nation-state cannot progress in isolation from the global panorama and contemporary financial context; instead, it requires a new dynamic approach that enables it to strategically position itself and capitalize on the interactions facilitated by globalization, aiming to strengthen itself internally and free itself from potential attempts of recolonization.

Keywords: Globalization; Guinea-Bissau; Colonization; Coloniality.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo contemplar la fenomenología de la globalización, concebida como el proceso intrínseco de interconexión de los Estados-nación en los dominios político, económico y sociocultural, y sus implicaciones en la trama de la vida social. En este contexto, se propone un análisis sobre la instrumentalización de la globalización como mecanismo para perpetuar la "colonialidad" (Quijano, 2005) en el contexto del Estado-nación guineano. Se empleará un enfoque metodológico bibliográfico, basado en una perspectiva cualitativa, como estrategia hábil para la recopilación de datos procedentes de diversas fuentes documentales, tales como obras literarias, ensayos académicos, disertaciones, tesis, periódicos y diarios. Se concluye que el Estado-nación guineano no puede progresar de forma aislada del panorama global y del contexto financiero contemporáneo; en cambio, requiere un nuevo enfoque dinámico que le permita posicionarse estratégicamente y capitalizar las interacciones facilitadas por la globalización, con el objetivo de fortalecerse internamente y liberarse de posibles intentos de recolonización.

Palabras-clave: Globalización; Guinea-Bissau; Colonización; Colonialidad.

Introdução

No presente artigo, pretendemos refletir sobre a globalização como um processo de interligação dos Estados-nação e suas interferências em diferentes níveis da vida social, uma realidade conhecida e vivenciada atualmente. Nosso objetivo é elucidar a instrumentalização da globalização como um mecanismo para a perpetuação da colonialidade dentro do contexto do Estado-nação guineense. Alinhando-nos à perspectiva de Mignolo (2017), que descreve a matriz colonial do poder, o autor pondera que “a globalização tem dois lados: o da narrativa da modernidade e o da lógica da colonialidade” (p. 3). Este último refere-se ao fundamento da dominação que procuramos evidenciar. Partimos do pressuposto de que a Guiné-Bissau é um país que passou pela invasão (dita “descoberta”) dos colonialistas portugueses desde 1446. Foi explorado, seu povo oprimido e escravizado, sofrendo uma exploração que não se limitou a matérias-primas, especiarias, pedras preciosas, mão de obra barata e tráfico de escravizados. No entanto, essa opressão atingiu também o campo dos saberes, ou seja, as ideias deste povo foram apropriadas e eles foram obrigados, sobretudo, a abandonar suas culturas e adaptar-se a uma realidade alheia que não os identificava.

E toda essa invasão tinha, e ainda tem, como base de sua justificação a divisão da humanidade em raças inferior e superior, fato que, do ponto de vista genético ou biológico, não existe (Munanga, 2004). De acordo com M´Bembe (2014), “antes de mais, a raça não existe enquanto facto natural e físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica...” (p. 27). Percebe-se que os estudiosos desse campo chegaram à conclusão de que raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito científico, sendo cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e dividir em raças estanques.

Na lógica dessa invenção fantasiosa, todos os povos não europeus são considerados irracionais, selvagens, e precisam ser civilizados, aculturados conforme a realidade europeia. São conjuntos destas e entre outras narrativas que usaram para justificar suas ações bárbaras, desrespeitando as culturas de outros povos e eleger para si a superioridade de suas culturas. Ainda sobre essas justificativas, nas palavras de Abadia (2016), parafraseando Davidson (1974), descreve que as ações dos colonialistas foram difundidas como presente da Europa aos povos africanos, designados de selvagens, seres não pensantes e sem civilização. Em outras palavras, consideravam que a população negra carecia de bom senso e do martírio dos europeus no sentido de serem civilizados e desenvolvidos. Todavia sabe-se, que antes do contato dos europeus com os povos africanos, igualmente a conquista das Américas e das Índias Orientais na segunda metade do século XV, a Europa era pouco importante economicamente falando; os europeus viviam numa pobreza e muitos no fanatismo religioso, segundo explica Galeano (2010). Através desse contato com os povos que posteriormente vieram a subjugar e qualificar de selvagem, irracional e entre outras características negativas atribuídas a estes com único propósito de inferiorizar e dominar, para depois perpetuar a sua exploração, que se estabeleceu produção da sua capital e a acumulação das riquezas que possui.

Guiné-Bissau só veio a se libertar e se tornar independente da colônia portuguesa em 1973, por meio da luta armada travada pelos combatentes da liberdade pátria, sob o comando de Amílcar Cabral, o fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), organização que encabeçou da referida luta, a qual teve a duração de 11 (onze) anos. Pelo visto, o país se libertou da ocupação dos colonialistas em seu território, mas não de suas interferências e manipulações. O fato é que sua dependência econômica o obriga

a se submeter aos países desenvolvidos (principalmente países ocidentais), países estes que no passado, desencadearam o processo de colonização.

As ajudas financeiras que dão, são sempre acompanhadas de condicionalismos, como descreve Dos Santos (2019). Essas imposições limitam o país, que acaba por perder sua autonomia e gozar plenamente dos prestígios e das liberdades que os países verdadeiramente livres gozam. A falta de autonomia na tomada de decisões por parte do Estado guineense deve-se a essa manifestação da colonialidade do poder, algo que o obriga sempre abrir mão de seus princípios e alinhar-se com as decisões dos países hegemônicos e das organizações que estes usam com a mesma finalidade.

De acordo com Santos (2001, p. 76), assevera que "com a globalização, o que temos é um território nacional da economia internacional, isto é, o território continua existindo, as normas públicas que o regem são da alçada nacional, ainda que as forças mais ativas do seu dinamismo atual tenham origem externa". As interferências externas acabam sobrepondo-se às normas internas, ou seja, as normas internas tornam-se passivas mediante as orientações dos organismos internacionais. Em relação aos Estados-nação nas condições acima referenciada, o distinto pan-africanista e igualmente autor da obra intitulada *Neocolonialismo: O Último Estágio do Imperialismo*, Kwame Nkrumah (1967), explica que, teoricamente, esses países se apresentam como independentes, porém têm senhores que comandam seus destinos, ou seja, não decidem por si mesmos.

Para o efeito, utilizamos a metodologia bibliográfica, baseada em uma abordagem qualitativa, como a maneira mais viável de coletar informações a partir de vários registros disponíveis, oriundos de pesquisas feitas anteriormente, no caso de livros, artigos, dissertações, teses, revistas e jornais. De acordo com Severino (2013), essas composições servem como fonte dos assuntos a serem estudados, e o pesquisador trabalha a partir da análise das contribuições dos escritores ora pesquisadores. textos pesquisados. De modo conseqüentemente, fizemos reflexões teóricas embasadas em várias obras, tendo como principais autores: Quijano (2005), Milton Santos (2001 e 2006), Nkrumah (1967) e Da Cruz Ferreira Dos Santos (2019), com a finalidade de averiguar as evidências que demonstram se o país se emancipou das amarras dos "neocolonialismos" e das "colonialidades" ocidentais, tanto no âmbito do conhecimento quanto no do poder.

Este trabalho está estruturado em dois tópicos, a saber: seguida desta introdução, temos o primeiro tópico, no qual tratamos da transnacionalização do território guineense como fator posto pela relação de verticalidade; e, no segundo tópico, descrevemos os marcos que evidenciam a colonialidade do saber e do poder no Estado-nação guineense. Por último, tecemos nossas considerações finais.

Transnacionalização do território guineense

A partir da famosa Conferência de Berlim, que decorreu nos anos de 1884 e 1885, na Alemanha, o continente africano foi dividido pelos colonizadores de forma arbitrária, sem o consentimento dos povos africanos. Foi nessa divisão que delimitaram as fronteiras do atual território chamado Guiné-Bissau, que no passado era denominado Guiné Portuguesa, visto que o país era considerado, na altura, como província ultramarina da República de Portugal. A referida estratégia usada nesse período visava preservar o país sob domínio colonial, posto que o governo português não pretendia perfazer a descolonização de suas colônias, como outras potências coloniais, segundo a socióloga guineense Artemisa Candé Monteiro (2018).

A República da Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África, com uma dimensão total de 36.125 km². Faz fronteira com a República vizinha do Senegal, na zona norte, e na zona sul e leste com a República da Guiné-Conacri. Tem uma população de aproximadamente 1.442.227 habitantes, sendo um país multiétnico, e isso demonstra sua rica diversidade cultural, pois cada etnia tem sua cultura diferente da outra (INE, 2009). Sua riqueza não se limita só à cultura, porém possui riquezas naturais, isto é, uma vasta costa banhada pelo oceano Atlântico, uma densa floresta e fauna, e vários recursos minerais e pesqueiros.

Desde sua independência, em 24 de setembro de 1973, o país integrou-se em vários organismos internacionais e sub-regionais, nomeadamente a ONU (Organização das Nações Unidas) em 1974, isto é, um ano após sua independência; a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa); a OUA (Organização da União Africana); a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) em 1975; e aderiu à UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano), entre outros organismos.

Segundo Santos (2001), por sua vez mostra pelos meios dos países subdesenvolvidos, a informação e o dinheiro tornam-se como algo autosuficiente perante à sociedade, visto que a economia se transfigura como um recurso indispensável para a produção, mas também para a geopolítica, concernente à conexão que se vê no interior de cada nação. O autor ainda explica que:

O mundo se torna fluido, graças à informação, mas também ao dinheiro. Todos os contextos se intrometem e superpõem, corporificando um contexto global, no qual as fronteiras se tornam porosas para o dinheiro e para a informação. Além disso, o território deixa de ter fronteiras rígidas, o que leva ao enfraquecimento e à mudança de natureza dos Estados nacionais. (Santos, 2001, P.66)

Com a integração do país nesses organismos, o território guineense se transnacionalizou, e isso provocou extrapolamento dos limites rígidos da fronteira, assim como mudanças na natureza do Estado.

A relação da Guiné com esses organismos é de verticalidade, visto que as interferências destes, nos assuntos internos e decisivos do país são de dominância. Santos (2006, p. 193) afirma: "As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado." As ordens e regras dessas organizações acabam por se sobrepor às leis do país, ou seja, provoca uma certa fragilização da soberania nacional.

Ademais, Santos (2006, p. 194) pondera que:

Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical – seria melhor falar de unificação - está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas.

De acordo com a citação acima, percebe-se que a relação de verticalidade cria mudanças e não traz benefícios ao país onde está instalado; pelo contrário, beneficia os governos poderosos que lideram organizações que estabelecem suas normas dentro dos Estados-nação, principalmente nos países periféricos. Nesse sentido, esses organismos servem como braço da manutenção da colonialidade, porque as ordens nacionais acabam sendo ignoradas em função das leis que estes instituem, causando desordem.

As interferências desses organismos não se dão apenas no campo político e econômico; eles utilizam de velhos métodos da época colonial, operam nas esferas educacional, religiosa e sociocultural, como pondera Nkrumah (1967). Por meio de doações e

endividamentos que fazem aos países subdesenvolvidos, buscam passar a impressão de que estão a serviço dos necessitados, combatendo a pobreza e criando um mundo mais justo e igualitário. Porém, "créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital" (Santos, 2006, p. 194). Isso quer dizer que são usados esses créditos como meio para alcançar seus benefícios próprios, engendrar os serviços de mais-valia, não para os países pobres e muito menos para a construção de um mundo igualitário, como se faz escutar nos discursos atraentes feitos nas plateias dos encontros internacionais.

Segundo Da Cruz Ferreira Dos Santos (2019, p. 167), "Com efeito, de acordo com o Secretário Nacional de Luta contra a Sida de Guiné-Bissau, as várias modalidades de acordos de cooperação com a União Europeia, uma das principais parceiras da Guiné-Bissau, vêm acompanhadas de condicionalidades políticas e econômicas." Esta afirmação é importante para a nossa análise neste trabalho, particularmente no presente tópico, pois demonstra claramente que uma das organizações mais consideráveis do Ocidente, isto é, a União Europeia (UE), que também é considerada pelo Estado guineense um parceiro conceituado no desenvolvimento há décadas, cerca seus acordos de condicionalismos políticos e econômicos. Percebe-se que, além das doações, endividamento, cooperações e acordos serem meios de construção das redes de dependência, eles também são sempre acompanhados de condicionalismos, estes que nada mais são do que modos de manutenção da colonialidade.

E a manutenção destes modos operantes de colonialidade que trataremos no tópico a seguir, de forma que se dá em diferentes setores da vida pública, principalmente no setor econômico e na educação, sendo setores chave de uma sociedade.

Traços da colonialidade do poder e do saber

Por meio do globalitarismo, percebe-se que a Guiné-Bissau está fortemente atravessada pelo domínio externo no exercício do poder político e socioeconômico. Acontecem interferências das nações hegemônicas no poder político e na economia, isto é, na tomada de decisões importantes e na gestão e exploração dos recursos naturais do país. Verifica-se também que há uma influência nos saberes que se transmitem nos espaços formais, na cultura e no modo de vida das pessoas. O autor Milton Santos (2001, p. 142)

afirma que "para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade". Esse fato reflete a realidade que se vive na sociedade guineense, lembrando que as decisões tomadas pelo coletivo governamental acabam impactando de modo positivo ou negativo toda a população.

O país se submeteu à recolonização a partir do acordo assinado no âmbito do Programa de Ajuste Estrutural (PAE). De acordo com Da Cruz Ferreira Dos Santos (2019, p. 157), ele frisa que:

Como aponta Samir Amin, o período das independências africanas coincidiu com a crise do capitalismo da década de 70, o que levou os países africanos a entrarem no ciclo do endividamento externo e a se sujeitarem às políticas de ajuste estrutural com o restabelecimento da dominação unilateral das transnacionais do capital dominante e o desmantelamento dos sistemas de educação e saúde, que ele vai chamar de momento de recolonização coletiva (AMIN, 2000, p. 66), tendo sido este o caso de Guiné-Bissau.

O fator de endividamento externo induziu o país à recolonização, ou seja, à colonialidade do poder. Sendo recolonizado, o Estado perde a sua soberania, e o país deixa de servir aos interesses de sua população, os organismos internacionais passam a exercer o mesmo lugar do Estado. O desmantelamento dos setores sociais e chave da sociedade, como educação e saúde, evidencia o nível de dificuldade que a população passa perante situações dessa natureza. Esses e entre outras, são as peripécias que o líder da independência da Guiné, Amílcar Cabral, previa e evitava que acontecessem. Por isso, ele havia elaborado um plano de construção de uma economia robusta como forma de garantir a autossuficiência alimentar do país, projeto que até agora não foi materializado, segundo explica Da Cruz Ferreira Dos Santos (2019).

Considerando o setor da pesca como uma das fontes mais rentáveis da economia guineense, julgamos pertinente falarmos dele e da forma como está atravessado pela colonialidade do poder. O Estado guineense assinou vários acordos bilaterais nesse setor, acordos que os resultados não se traduzem na melhoria das condições de vida da população, pois não beneficiam o país, talvez os signatários desses acordos (governantes do país), porque funcionam a serviço dos governos poderosos e de suas populações, pois senão, a maioria da

população guineense não continuaria a viver na pobreza.

De acordo com Intchama; De Araújo (2010, p. 15):

Com o fortalecimento das relações diplomáticas com países da Europa, Ásia e África, Guiné-Bissau firmou um conjunto de acordos no setor pesqueiro, o que possibilitou a substituição lenta da frota da Rússia (antiga União Soviética) pelas frotas da União Europeia e dos países asiáticos, que exploram diferentes estoques de crustáceos, moluscos e peixes na ZEE do País.

Entretanto, por meio desses acordos assinados com países como Espanha, Portugal, China, Japão, entre outros, os recursos pesqueiros que eram e, que é para o bem-estar do povo guineense são explorados em benefício desses países. As feiras (mercados) na Guiné ficam, às vezes, sem peixe, exceto o *djafal* (uma espécie de peixe de baixa qualidade), que também custa muito. Imagine o conjunto de todas essas dificuldades, de até abastecer o próprio mercado nacional de pescado num país com 280 km de extensão de costa marítima, 28.000 km² de mar territorial, com uma extensão de 12 milhas náuticas e possui uma profundidade que varia entre 10 e 20 metros (Intchama; De Araújo, 2010), nos quais empresas são licenciadas e pescam o tempo todo.

Ainda é importante salientar que as empresas europeias e asiáticas que atuam no setor da pesca empregam guineenses, mas, por serem africanos, raça negra, considerados povos dominados, são pagos uma mão de obra barata, isto é, associam trabalho à questão racial (QUIJANO, 2005).

A castanha de caju é o maior produto de comercialização na Guiné-Bissau, e a economia do país depende muito de sua exportação, sobretudo do preço no mercado internacional. No ano de 2017, o senhor Óscar Melho, representante do FMI no país, defendeu a livre concorrência na campanha de comercialização da castanha de caju, ordenando que o governo não fixasse um preço, que fosse os comerciantes/compradores a decidir o preço (DW, 2017). Nesse sentido, constata-se como o mercado mundial determina as regras de negócio nas trocas comerciais internas do país e a forma que os organismos internacionais substituem o governo nacional.

Em relação ao sistema educativo, este também é atravessado pela colonialidade do saber. Durante a época colonial, os conteúdos que se ensinavam nas escolas estavam

totalmente voltados para a realidade de Portugal. De acordo com Pereira (1976 apud Cá; Cá, 2017, p. 21):

Os conteúdos do ensino traduziam a mais aberrante forma de colonização cultural, pois os programas escolares eram obrigatoriamente iguais aos da ‘metrópole’ e toda a transmissão de conhecimento visava a mostrar a realidade portuguesa – a sua história, a sua geografia, a sua cultura – como a melhor, a mais agradável e a mais heroica [*sic*]. Aos alunos era apresentado um mundo estranho com o qual eles tinham de se identificar, levados a desprezar a sua comunidade e, afinal, a desprezarem-se a si próprios para imitar o branco – senhor.

Vê-se que o ensino era ministrado no objetivo de aculturar os povos nativos e lhes dar uma nova identidade, fazendo-os imitar os povos dominantes e negar suas próprias culturas.

Aconteceu muitas reformas no setor da educação, mas, apesar dessas reformas, sabe-se que as influências externas permaneceram no sistema de ensino. Da Silva (2011) relata que:

as organizações internacionais de forma a obter a aprovação de certas medidas por parte do Ministério da Educação incluíram condicionalismos nas propostas; a definição de políticas educativas foi sempre realizada entre o Ministério da Educação e as agências internacionais, no entanto, como esta relação é desigual, originou o seguinte paradoxo: o Ministério da Educação tem que prestar contas às organizações internacionais e não contrário;(Da Silva, 2011,p.9)

Essa observação demonstra claramente que o Ministério da Educação Nacional e Ensino Superior (MENES) não possui autonomia na definição da política educativa nacional, porque presta contas aos organismos internacionais. Nesse caso, essas agências internacionais passam a definir e determinar o currículo escolar, os conteúdos que nela deverão constar nele e o modo de ministrar o ensino.

O Programa de Ajuste Estrutural, que é um instrumento financeiro e político do FMI e do Banco Mundial, contribuiu para a desestruturação do sistema educativo, como havíamos dito. Segundo Da Silva (2011, p. 38, apud Cá, 2008, et al.):

Um outro fator que influenciou grandemente o sistema educativo foram os Planos de Ajustamento Estrutural, consequência do empréstimo contraído pelo estado Guineense ao FMI e ao Banco Mundial. Os condicionalismos associados ajudaram a fragilizar ainda mais o sistema educativo, contribuindo muitas das medidas adotadas para tornar os custos associados à educação proibitivos para a maioria da população (privatização do sistema educativo) eliminando a igualdade de oportunidades, aumentar o rácio professor-aluno, desmotivação dos professores e migração dos professores mais qualificados devido ao baixo salário e à deterioração do sistema educativo fruto da sua liberalização (Cá, 2008; Cruz, 2007; Monteiro, 2005).

Se a educação é fundamental para o desenvolvimento de qualquer país, perante essa dependência externa que o país apresenta, infere-se que a falta de uma educação de qualidade e livre para todas as camadas sociais contribuiu no atraso do desenvolvimento do país. Do mesmo modo, Cardoso (2020) explica que, no começo da primeira década do século XXI, o Banco Mundial contratava de custear propostas educativas ligando o ensino superior, julgando que o ensino superior na África se configura um serviço de luxo. Ou seja, os africanos não precisam de cursos superiores, somente ensino médio e técnico-profissionalizante para se alinharem aos objetivos do capital.

Da Cruz Ferreira Dos Santos (2019, p. 169) argumenta o seguinte:

Sem querer aqui minimizar ou anular a responsabilidade das elites políticas da Guiné-Bissau, o fato é que países como esses têm uma capacidade limitada de reação dentro do sistema de ajuda externa. Nesse contexto, os atores externos estão implicados e desempenham um papel determinante na perpetuação de um contexto de fraturas do desenvolvimento do país.

De modo claro e evidente, vê-se que os responsáveis pela descontinuidade do desenvolvimento do país são os governantes e os atores externos, visto que o primeiro é quem admita tais ingerências pela sua incapacidade de gestão econômica e, o outro que determina por ser hegemônico. Portanto, a colonialidade do saber e do poder se manifesta ainda na Guiné, não somente nos setores da pesca e da educação, como desenvolvemos, mas em todos os setores da vida pública. O país está sujeito a várias circunstâncias adversas devido à relação de verticalidade dentro desta conjuntura globalitária, através dos diferentes braços de manutenção da colonialidade, que são os organismos/agências internacionais. Essas imposições são aceitas pelas suas elites políticas (governantes), que acabaram por normalizar e interiorizar todas as prescrições ocidentais, julgando que são para o benefício da população; muito pelo contrário.

Considerações finais

A abertura às cooperações internacionais é importante. O Estado-nação guineense não pode se potencializar do ponto de vista econômico, político e sociocultural de modo eremítico e desvinculado das conexões financeiras e sociopolíticas globais. Porém, é preciso que essas cooperações sejam baseadas em relações entre pares/parceiros, não pelo contrário, isto é, no sentido de subalternização. Por isso, o país tem necessidade de estabelecer novas dinâmicas

no âmbito de suas parcerias internacionais, saber se posicionar em função dos interesses e aspirações de seu povo nesta arena e tirar o máximo proveito dos referidos vínculos assentados na globalização.

Portanto, um dos meios de empreender essa emancipação que o país precisa é, primeiro, consolidar sua independência, e isso passa pela reconstrução da estrutura do Estado (seus órgãos) e pela valorização de suas normas internas, sem deixar que estas sejam sobrepostas pelas regras externas oriundas dos condicionalismos das referidas relações, que muitas vezes não coadunam com a realidade do país. Ademais, faz-se necessário reavivar sua economia interna através da criação de riquezas no país, uma vez que o país apresenta potenciais em termos de recursos para tal.

Por conseguinte, a renegociação dos acordos bilaterais celebrados, sobretudo no setor da pesca, configura-se como urgente e, nessa nova dinâmica, o princípio da relação de horizontalidade e de parceria deve ser o norteador dos tais acordos. Da mesma forma, a educação, como setor fundamental no impulsionamento do desenvolvimento, precisa de condições objetivas de modo a garantir uma educação de qualidade, baseada em uma perspectiva diferente, que terá como base principal a cultura do povo guineense e a originalidade de sua realidade sociocultural.

Por fim, conclui-se que as relações de verticalidade que se estabelece através dos condicionalismos, que sutilmente são impregnadas nos países através das doações e acordos de cooperação, induzem esses países à recolonização e devem ser banidas através da criação e fortalecimento de relações de parceria que não requeiram sobreposição.

Referências

ABADIA, Danúbia Mendes. **Descolonizar as mentes e os corações:** Amílcar Cabral e a ruptura com a razão colonial. Revista brasileira de Ciências Sociais, 2016.

CÁ, Cristina Mandau Ocuni; CÁ, Lourenço Ocuni. **A questão da formação dos professores do ensino básico na Guiné-Bissau:** desafios e perspectivas do governo nos anos de 1975-1986. Educação e Formação, Fortaleza, v.2, n.5, p.20-32, maio/ago. 2017.

CAMARÁ, Sene. **Jornal o democrata, Bissau**, 13 Abr. 2018. Acesso em 19 de Abr. de 2023 em: <https://p.dw.com/p/2cokW>

CANDE MONTEIRO, Artemisa Odila. **O contexto pós segunda guerra: os acontecimentos que impulsionaram a descolonização da Guiné-Dita Portuguesa**. Revista África(s), vol.5, nº 9, 2018.

CARDOSO, Carlos Eugênio Monteiro. O papel da investigação científica no reforço da missão das universidades na Guiné-Bissau. *In: Da Serra Freire...[et al.] (org.). **Que Universidades? Para que conhecimentos?: história prática e desafios da Educação Superior na Guiné-Bissau***. Belém: INEAF, 2020. Cap.6.

DA CRUZ FERREIRA DOS SANTOS, Maria do Carmo Rebouças. **A Recolonização da Guiné-Bissau por meio das Representações Negativas Realizadas pelos Organismos Internacionais de Desenvolvimento: de “Estado frágil” a “Narco-Estado”** Desenvolvimento em Questão. Vol.17, núm.47, 2019.

DA SILVA, Rui Manuel Ferreira. **Globalização e currículo: atores e processos. Um estudo exploratório na Guiné-Bissau**. 2011. Dissertação (mestrado) -Universidade de Minho, 2011.

GALEANO, Eduardo. 2010. **As veias abertas da América latina**. São Paulo: L&PM. Tradução: Sérgio Faraco. Disponível em: <http://www.lpm.com.br/livros/Imagens/veiascon.pdf>. Acesso em: 02/05/2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), Guiné-Bissau. **Recenseamento geral da população e habitação**. Bissau: INE, 2009.

INTCHAMA, Jeremias Francisco; ARAUJO DE, Rogério César Pereira. **Análise da produção e economia do sector pesqueiro de Guiné-Bissau, costa ocidental da África**. 48º Congresso SOBER. Campo Grande-MS, 2010.

MBEMBE, A. (2017). **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.32, n.94, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo- Último estágio de imperialismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Clacso: Buenos Aires, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único, consciência universal.** 6ªed- Rio de Janeiro: Record, 2001.